



253

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0139394-4

APELANTES: Jorge Adolpho Dias Drechsler e outro

APELADO: Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA DE DOMÍNIO DE IMÓVEL EXPROPRIADO. ILEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM* DOS SUCESSORES. LAUDO AVALIATÓRIO CONTEMPORÂNEO AO DECRETO EXPROPRIATÓRIO. VALOR JUSTO. 1. Pretendem os apelantes ter reconhecida sua legitimidade para atuar no polo passivo da demanda expropriatória e, destarte, para produzir provas quanto ao real valor do imóvel expropriado. 2. Para tanto, comprovaram a condição de sucessores de Manoel Dias da Silva e Florinda Carolina da Costa, falecidos proprietários do imóvel expropriado, e alegaram equívoco no valor obtido em laudo de avaliação realizado contemporaneamente à expedição do decreto expropriatório." 3. Ausente qualquer prova de propriedade (ou de titularidade de direitos hereditários) a legitimar a discussão, por parte dos apelantes, acerca do valor tido como justo para fins de compensação pela transferência compulsória de imóvel expropriado, exsurge sua ilegitimidade passiva *ad causam*. 4. É, pois, de se reconhecer que, na hipótese, incide a disciplina do parágrafo único, do art. 34, do Decreto Lei nº 3.365/41, que estabelece que, "*se o juiz verificar que há dúvida fundada sobre o domínio, o preço ficará em depósito, ressalvada aos interessados a ação própria para disputá-lo*". 5. Ademais, ainda que admitida discussão acerca do valor indenizatório devido, convém salientar que o magistrado *a quo* se valeu de laudo avaliatório consistente, elaborado por perito do Juízo, paralelamente à publicação do decreto expropriatório, quando ainda existia o imóvel transferido e ainda era possível a aferição de seu valor através da observação das características físicas então existentes. 6. Nessa medida, a sentença apelada merece ser mantida em todos os seus termos, ressalvada a possibilidade de os apelantes discutirem o seu pretendo direito na via ordinária. 7. Recurso de apelação improvido, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da apelação cível nº 0139394-4, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao recurso de apelação, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator

247.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0139394-4

APELANTE: Jorge Adolpho Dias Drechsler e outro

APELADO: Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** contra sentença proferida nos autos da ação de desapropriação proposta pelo **Estado de Pernambuco** em face dos **herdeiros de Manoel Dias da Silva e Florinda Carolina da Costa**.

O magistrado *a quo* acolheu a alegação de ilegitimidade passiva suscitada pelo Estado expropriante, reconheceu como justo o valor arbitrado em laudo complementar e julgou *"procedente o pedido, para declarar incorporado ao patrimônio da Expropriante o imóvel descrito na inicial, tornando definitiva a posse provisória e consolidada a propriedade"* (fl. 207).

A par disso, decidiu que *"quanto à liberação ou levantamento do depósito fica condicionada à comprovação da propriedade mediante a apreciação da certidão do RGF"* (fl. 207).

Jorge Adolpho Dias Drechsler e Christina Francisca Dias Drechsler apelaram (fls. 222/224), arguindo a sua legitimidade passiva e requerendo a reforma da sentença *"de modo a assegurar aos Apelantes a justa indenização pelo imóvel compulsoriamente expropriado pelo Estado de Pernambuco"*, para tanto pugnando pela realização de nova avaliação do imóvel expropriado.

Em contrarrazões às fls. 223/227, requereu o Estado apelado (i) o não conhecimento do recurso interposto, tendo em vista suposta ilegitimidade dos apelantes e intempestividade do apelo; ou, subsidiariamente (ii) a manutenção da sentença em todos os seus termos.

O Ministério Público, com assento nesta instância recursal, absteve-se de se pronunciar sobre o mérito da lide, por não vislumbrar interesse público que ensejasse a sua intervenção no feito (fls. 238/239).

É o que de relevante há a relatar.

À douta revisão para oportuna inclusão em pauta.

Recife, 02 de maio de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0139394-4

APELANTE: Jorge Adolpho Dias Drechsler e outro

APELADO: Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Cuida-se de apelação cível contra sentença prolatada em sede de Ação de Desapropriação de área declarada de utilidade pública pelo Estado de Pernambuco (Decreto nº 1733/69), correspondente ao nº 332 da Rua de Santana, situado nesta capital.

Conforme registrado no relatório, a sentença ora apelada acolheu a alegação de ilegitimidade passiva dos herdeiros dos expropriados, reconheceu como justo o valor em laudo complementar, elaborado contemporaneamente ao decreto expropriatório, e julgou *"procedente o pedido, para declarar incorporado ao patrimônio da Expropriante o imóvel descrito na inicial, tornando definitiva a posse provisória e consolidada a propriedade"* (fl. 207).

Decidiu-se, ainda, que *"quanto à liberação ou levantamento do depósito fica condicionada à comprovação da propriedade mediante a apreciação da certidão do RGF"*.

De proêmio, vale registrar que, tendo em vista o pedido de imissão provisória na posse, o magistrado *a quo*, em 21/08/1969, proferiu despacho inicial determinando a citação dos herdeiros de Manoel Dias da Silva para apresentarem contestação quanto ao preço oferecido (NCr\$ 4.802,00 – quatro mil oitocentos e dois cruzeiros novos), o que resultou na citação do Sr. Paulo Dias Cox (fl. 12v.), único herdeiro conhecido, conforme referido na inicial.

O prazo para resposta, no entanto, transcorreu sem manifestação.

Determinada a avaliação do bem objeto da expropriação, como condição à referida imissão, foi elaborado o laudo avaliatório de fls. 29/32, tendo o perito nomeado pelo juízo (fl. 18) atribuído como 'valor final da área a ser desapropriada' a quantia de NCr\$ 6.998,45 (seis mil novecentos e noventa e oito reais e quarenta e cinco centavos).

Nessa perspectiva, realizado o depósito do referido valor (fl. 45), o magistrado de primeiro grau deferiu o pedido de imissão provisória e determinou a citação dos interessados (fl. 53), o que ensejou nova citação do Sr. Paulo Dias Cox (fl. 58v.), que, em seguida, compareceu aos autos manifestando discordância quanto ao valor oferecido, requerendo perícia, indicando perito assistente e quesitos (fl. 60) e, em

255
E



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

um segundo momento, requerendo o levantamento de 80% do valor depositado (fl. 66).

Em despacho proferido à fl. 69, em 29/05/1970, o julgador *a quo* subordinou o deferimento do pedido de levantamento de depósito à prova da propriedade e da quitação das dívidas fiscais pelo requerente, providência que, no entanto, não foi cumprida pelo mesmo.

Os autos permaneceram sem movimentação até 06/10/1999, quando foi determinada a intimação do expropriante para dizer se ainda tinha interesse no prosseguimento do feito (fl. 75), chamado que foi atendido através da petição de fl. 77, na qual o Estado requereu fosse conferido curso normal ao processo.

Atendendo a requerimento do *Parquet*, que registrou ausência de prova nos autos quanto à qualidade de inventariante dos Espólios réus por parte do Sr. Paulo Dias Cox, determinou-se a citação por edital dos herdeiros do Espólio, o que restou realizado (cf. fl. 100).

Compareceram aos autos, então, o Sr. Jorge Adolpho Dias Drechsler, juntamente com a Sra. Christiana Francisca Dias Drechsler (fl. 101), e a Sra. Íris Cox Marques dos Santos (fl. 105), todos se apresentando – e comprovando essa qualidade – como netos de Manoel Dias da Silva e Florinda Carolina da Costa, os falecidos proprietários do imóvel expropriado.

Atendendo-se o requerimento dos referidos peticionários, foi elaborada conta de atualização do valor do depósito judicial (fl. 130) e realizada nova avaliação (fl. 155/167), que arbitrou em R\$ 27.846,00 (vinte e sete mil oitocentos e quarenta e seis reais) o valor justo do imóvel objeto da ação expropriatória em comento.

O Estado expropriante (fls. 171/172) e o Sr. Jorge Adolpho Dias Drechsler, juntamente com a Sra. Christiana Francisca Dias Drechsler (fls. 173/179), discordaram do mencionado valor.

Após a ‘promoção’ do Ministério Público (fls. 204/205), registrando a falta de interesse público que justificasse a sua intervenção no feito, foi prolatada a sentença ora submetida a análise.

Pois bem.

Na lição de Celso Antonio Bandeira de Mello, “na ação de desapropriação, o controle jurisdicional cinge-se aos seguintes pontos: a) fixação do justo preço; b) nulidades processuais; c) verificação se o expropriante fundou a ação expropriatória numa das hipóteses legais permissivas dela”.

Na hipótese vertente, observo, primeiramente, que a ação está fundada em legítima declaração de utilidade pública (art. 6º, do Decreto-lei nº 3.365/41), devidamente





256
26

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

veiculada no Decreto nº 1733/69, publicado em 17/07/1969, tendo a lide sido proposta em 20/08/1969, ofertando-se a quantia de NCr\$ 4.802,00 (quatro mil oitocentos e dois cruzeiros novos), a título de justa compensação pela perda da propriedade do imóvel.

No contexto dos autos, verifico que foi observada a fixação de justo preço, correspondente ao valor apurado no primeiro laudo de avaliação, elaborado por perito indicado pelo Juízo (fls. 29/36) e realizado, *in loco*, no imóvel expropriado, no qual foi arbitrado o valor de NCr\$ 6.998,45 (seis mil novecentos e noventa e oito cruzeiros novos e quarenta e cinco centavos).

No tocante ao apelo interposto, tenho que merece ser conhecido, já que presentes todos os pressupostos de admissibilidade, mormente a legitimidade recursal e a tempestividade.

Ressalvo descabida qualquer discussão acerca da legitimidade recursal dos apelantes, ainda que declarados partes ilegítimas em sede de 1º grau de jurisdição, haja vista o potencial proveito que o provimento do recurso pode lhes ensejar.

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. LEGITIMIDADE AD CAUSAM E LEGITIMIDADE RECURSAL. CONHECIMENTO DO RECURSO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. LEI N.º 8.212/91, ART. 22, INC. IV. COOPERATIVA. ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM. 1. A **ilegitimidade ad causam não se confunde com a ilegitimidade recursal. A primeira é condição da ação e a segunda, requisito de admissibilidade do recurso. Assim, se o juiz de primeiro grau proclamou a ilegitimidade ad causam da demandante, dúvida não há de que esta possui legitimidade recursal para buscar a reforma da sentença.** 2. Nos termos do art. 22, inc. IV, da Lei n.º 8.212/91, com a redação dada pela Lei n.º 9.876/99, a contribuição de 15% sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, relativamente a serviços prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho, é devida pela tomadora e não mais pela cooperativa, como estabelecia a Lei Complementar n.º 84/96. 3. A legitimidade ad causam é aferida à luz da relação jurídica de direito substancial; daí se dizer que, salvo nos casos de legitimação extraordinária, os sujeitos do contraditório devem corresponder aos da relação substancial posta em debate. 4. No caso da contribuição previdenciária em questão, a sujeição passiva tributária não recai sobre a cooperativa, que, por isso, não possui legitimidade para questionar a licitude da cobrança. 5. Para configurar-se a legitimidade ad causam e mesmo o interesse de agir, não basta a invocação de ofensa ao princípio da isonomia; é preciso demonstrar que a nova lei atingiu a impetrante de modo desfavorável e direto, o que não ocorreu no caso dos autos. 6. Sentença de carência de ação confirmada.

(TRF-3 - AMS: 3434 SP 2005.61.26.003434-3, Relator: JUIZ NELTON DOS SANTOS, Data de Julgamento: 31/10/2006, Data de Publicação: DJU DATA:24/11/2006 PÁGINA: 418)

APELAÇÃO 2 - PRETENSÃO A RECONHECIMENTO DE FALSIDADE NA NOTA PROMISSÓRIA - ACOLHIMENTO PRIMEIRO DE OUTRO PEDIDO TAMBÉM FORMULADO PELO RÉU - ILEGITIMIDADE RECONHECIDA ANTE A PRESCRIÇÃO

257
e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

DO TÍTULO - SENTENÇA FAVORÁVEL - INEXISTÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA - FALTA DE INTERESSE RECURSAL NESTE PONTO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - MAJORAÇÃO - POSSIBILIDADE - RECURSO CONHECIDO EM PARTE E NA PARTE CONHECIDA, PROVIDO.

5. "Tem legitimidade recursal a parte vencida. Vale dizer: a parte prejudicada pela decisão - a parte sucumbente, no todo ou em parte, no processo. O interesse recursal, que outorga legitimidade ao recorrente, vai evidenciado aí a partir da idéia de potencial proveito que o provimento do recurso pode ensejar para a parte" (STJ, 3ª Turma, REsp 23.967/SP, rel. Min. Waldemar Zveiter, j. em 15.09.1992, DJ 03.11.1992, p. 19.764).

Nessa perspectiva, admitido o presente apelo voluntário, passo a analisar seu mérito e antevejo que nada há o que modificar na sentença recorrida.

Isso porque os apelantes, ao comparecerem aos autos, atendendo ao chamado do edital de citação, apenas lograram em comprovar a condição de netos de Manoel Dias da Silva e Florinda Carolina da Costa, falecidos proprietários do imóvel expropriado.

Nessa perspectiva, ausente qualquer prova de propriedade (ou de titularidade de direitos hereditários) a legitimar a discussão, por parte dos apelantes, acerca do valor tido como justo para fins de compensação pela transferência compulsória de imóvel expropriado, exsurge a sua ilegitimidade passiva *ad causam*.

Com efeito, é de amplo conhecimento que a ação de desapropriação somente deve prosseguir contra quem provou ser o detentor do domínio do imóvel.

Nesse passo, releva a circunstância de que remanesce nos autos incerteza quanto ao domínio do bem expropriado, eis que, muito embora os apelantes tenham comprovado a sua condição de sucessores dos falecidos proprietários do bem expropriado, não trouxeram prova da titularidade do bem, sendo certo que também não fizeram prova nesse sentido os demais participantes da ação (o Sr. Paulo Dias Cox e a Sra. Íris Cox Marques dos Santos).

É, pois, de se reconhecer que, na hipótese, tem incidência a disciplina do parágrafo único, do art. 34, do Decreto Lei nº 3.365/41, que estabelece que, "se o juiz verificar que há dúvida fundada sobre o domínio, o preço ficará em depósito, ressalvada aos interessados a ação própria para disputá-lo".

A propósito da questão, vejam-se os seguintes julgados do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. DESAPROPRIAÇÃO. INTERESSE SOCIAL. REFORMA AGRÁRIA. TERRAS DE FRONTEIRA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INVIABILIDADE PARA RESCINDIR JULGADOS EM FASE DE EXECUÇÃO. COISA JULGADA MATERIAL. ANULAÇÃO DE TÍTULOS. SUSTAÇÃO LIMINAR DO LEVANTAMENTO DO PREÇO. COMPETÊNCIA FUNCIONAL. ABSOLUTA. DISCUSSÃO ACERCA DO DOMÍNIO. AÇÃO RESCISÓRIA. SEGURANÇA JURÍDICA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

1. A ação de desapropriação comporta no seu organismo o incidente referente ao levantamento da indenização.
2. A decisão que em ação civil pública determina que o juízo da desapropriação conclua sobre o levantamento da indenização não incide em error in procedendo, máxime porque a questão do domínio resta suscitada em ação própria, figurando como prejudicial à satisfação imediata, mercê de a jurisprudência do E. STJ assentar tese acerca da titulação do bem incompatível com o adimplemento da indenização.
3. É que o art. 34, do Dec. 3.365/41, e seu parágrafo único, dispõe: O levantamento do preço será deferido mediante prova da propriedade, de quitação de dívidas fiscais que recaiam sobre o bem expropriado, e publicação de editais, com o prazo de dez dias, para conhecimento de terceiros. Parágrafo único: Se o juiz verifica que há dúvida fundada sobre o domínio, o preço ficará em depósito, ressalvada aos interessados a ação própria para disputá-lo.
4. A possibilidade de o juízo da Ação Desapropriatória originária decidir acerca do levantamento da indenização, ainda que transitado em julgado a sentença condenatória, coaduna-se com o entendimento firmado por este e. STJ no sentido de que a titularidade do imóvel não é objeto do julgado expropriatório e, por isso, não se perfaz a coisa julgada. Precedentes: REsp 621.403/PR, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 02.05.2005; AgRg no REsp 512.481/SP, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 06.12.2004; REsp 903339/PR, Rel. Min. José Delgado, DJ 30/08/2007.
5. Recurso especial desprovido, prejudicadas as demais questões.
(REsp 985.682/PR, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/03/2009, DJe 27/04/2009)

ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO. TERRAS DE FRONTEIRA. DEBATE ACERCA DA PROPRIEDADE PÚBLICA DOS IMÓVEIS. POSSIBILIDADE. CONDIÇÃO DA AÇÃO: POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. ARTS. 20 E 34 DO DL 3.365/1941. INAPLICABILIDADE.

1. O art. 20 do DL 3.365/1941 impede, em regra, a discussão sobre o domínio nas Ações de Desapropriação. De modo coerente, o art. 34, parágrafo único, veda o levantamento da indenização no caso de incerteza quanto ao domínio (o que pressupõe o depósito pelo expropriante).
2. Ocorre que esses dispositivos legais (arts. 20 e 34 do DL 3.365/1941) referem-se à questão dominial entre particulares e são inaplicáveis se a indecisão recair sobre a possibilidade de desapropriação, no caso de o imóvel pertencer ao expropriante.
3. A dúvida relativa ao proprietário privado do imóvel (não é o caso dos autos) é irrelevante para o andamento da desapropriatória, pois, de qualquer forma, a indenização terá de ser depositada pelo Poder Público.
4. A discussão quanto ao proprietário privado é indispensável somente para definir quem levantará o depósito, e não para fixar o dever de depositar ou apurar o seu quantum. Por essa razão, o art. 20 do DL 3.365/1941 refere-se à contestação da desapropriação, que é apresentada, evidentemente, pelo expropriado.
5. O art. 20 do DL 3.365/1941 é dispositivo inscrito em favor do Poder Público, que prestigia a celeridade processual e o interesse social. Seria paradoxal interpretá-lo de modo a compelir a União a pagar por imóvel que lhe pertence.



259
e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

6. *In casu*, a dúvida refere-se ao domínio da União sobre as terras a serem desapropriadas. É evidente que seus imóveis não podem ser objeto de Ação de Desapropriação, muito menos quando por ela intentada.

7. O debate sobre a propriedade, nessa hipótese excepcional, prejudica a existência da ação expropriatória. Trata-se de óbice ao desenvolvimento válido do processo, cujo enfrentamento é insuscetível de ser evitado ou adiado pelo Judiciário, sob pena de condenar absurdamente a União a pagar por imóvel que lhe pertence e que foi, a seguir, retitulado em favor dos particulares.

8. Entendimento firmado pela Primeira Seção do STJ no julgamento dos EREsp 783.840/PR, julgado em 12 de agosto de 2009.

9. Recurso Especial não provido.

(REsp 795.589/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/09/2009, DJe 30/09/2009)

Desses precedentes extrai-se, segundo penso, a conclusão no sentido de que a sentença da ação expropriatória não faz necessariamente coisa julgada quanto à titularidade do objeto expropriatório, questão irrelevante para o desfecho da ação de desapropriação.

Tanto é assim que a própria lei já previu, conforme supra referido, que a discussão quanto ao domínio deve ter sede em ação própria.

Nessa medida, a sentença apelada merece ser mantida em todos os seus termos, ressalvada a possibilidade de os apelantes discutirem o seu pretense direito na via ordinária.

Por conseguinte, também não merece ser acolhida a pretensão de majoração do *quantum* indenizatório dos apelantes, eis que partes ilegítimas no processo expropriatório.

Ademais, ainda que admitida discussão acerca do valor indenizatório devido, anoto que o magistrado *a quo* se valeu de laudo avaliatório consistente, elaborado por perito do Juízo (fls. 29/36), paralelamente à publicação do decreto expropriatório, quando ainda existia o imóvel transferido e ainda era possível a aferição de seu valor através da observação das características físicas então existentes.

Diante do exposto, conheço do **apelo voluntário** mas **nego-lhe provimento**, mantendo a sentença recorrida em sua íntegra.

Recife, 22 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



260
50

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Apelação Cível nº 0139394-4

Apelante: Jorge Adolpho Dias Drechsler e OUTRO

Advogado: José Adolfo Dias Drechsler

Apelado: Estado de Pernambuco

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO DE REVISÃO

Cuida-se de Recurso de Apelação Cível em face de sentença proferida nos autos da Ação de Desapropriação de área declarada de utilidade pública pelo Estado de Pernambuco, Decreto nº 1733/1969, na qual o Juízo da Sétima Vara da Fazenda Pública, acolheu a preliminar de ilegitimidade passiva dos herdeiros dos expropriados, reconhecendo como justo o valor em laudo complementar, elaborado à época ao decreto expropriatório, e julgou *"procedente o pedido, para declarar incorporado ao patrimônio da Expropriante o imóvel descrito na inicial, tornando definitiva a posse provisória e consolidada a propriedade"* (fls. 207), decidindo ainda que *"quanto à liberação ou levantamento do depósito fica condicionada à comprovação da propriedade mediante a apreciação da certidão do RGI"*.

E de bom alvitre pontuar ainda que, tendo em vista o pedido de imissão provisória na posse, o Juízo *a quo*, no dia 21/08/1969, proferiu despacho inicial determinando a citação dos herdeiros de Manoel Dias da Silva para apresentarem contestação quanto ao preço oferecido (NCr\$ 4.802,00 (quatro mil, oitocentos e dois cruzeiros novos), o que resultou na citação do Sr. Paulo Dias Cox (fls. 12v)., único herdeiro conhecido, como consta na inicial, tendo transcorrido *in albis* o prazo sem que o mesmo tenha apresentado qualquer resposta.

Como condição para a imissão de posse, foi determinada a avaliação do bem objeto da expropriação, o que após o laudo avaliatório de fls. 29/32, tendo o perito nomeado pelo juízo (fls. 18) atribuindo como valor final da área a ser desapropriada, a quantia de NCr\$ 6.998,45 (seis mil, novecentos e noventa e oito reais e quarenta e cinco centavos).

Após o depósito do referido valor, (fls. 45), o juízo de piso, deferiu o pedido de imissão provisória e determinou a citação dos interessados (fls. 53), o que ensejou nova citação do Sr. Paulo Dias Cox



261
a

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

(fls. 58v.), que, em seguida, compareceu aos autos manifestando discordância quanto ao valor oferecido, requerendo pericia, indicando perito assistente e quesitos (fls. 60) e, em por conseguinte, requerendo o levantamento de 80% do valor depositado (fls. 66).

No dia 29/05/1970, o julgador *a quo*, por despacho, subordinou o deferimento do pedido de levantamento de depósito à prova da propriedade e da quitação das dívidas fiscais pelo requerente, providencia que, no entanto, não foi cumprida pelo mesmo.

Após 29 anos sem movimentação, no dia 06/10/1999, foi determinada a intimação do expropriante para dizer se ainda tinha interesse no prosseguimento do feito (fls. 75), o que foi atendido pelo Estado de Pernambuco através de petição de fls. 77, requerendo curso normal ao processo.

O *Parquet* Estadual, requereu que fosse determinada a citação por edital dos herdeiros do Espólio, diante da ausência de prova nos autos quanto à qualidade de inventariante dos Espólios réus por parte do Sr. Paulo Dias Cox, o que restou realizado conforme fls. 100 dos autos.

Após a citação, compareceram aos autos, o Sr. Jorge Adolpho Dias Drechsler, juntamente com a Sra. Christiane Francisca Dias Drechsler e a Sra. Íris Cox Marques dos Santos, todos se apresentando como netos de Manoel Dias da Silva e Florinda Carolina da Costa, os falecidos proprietários do imóvel expropriado. (fls. 101 e 105), vindo estes a requererem atualização do valor do depósito judicial (fls. 130) e realizada nova avaliação, conforme fls. 155/167, arbitrou-se em R\$ 27.846,00 (vinte e sete mil, oitocentos e quarenta e seis reais) o valor justo do imóvel objeto da ação expropriatória em *lume*.

As fls. 171/172, o Estado de Pernambuco expropriante, e o Sr. Jorge Adolpho Dias Drechsler, juntamente com a Sra. Christiana Francisca Dias Drechsler, apresentaram discordância do mencionado valor.

Sem intervenção ministerial, foi prolatada a carta sentenciante agora submetida a reanálise.

O julgado em revisão não deve ser reformado, senão vejamos.

A matéria trazida para análise desta relatoria é relativa às ações de desapropriação, cujo arcabouço legal é regido pela lei 3.365/41



269
e

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

que instituiu critérios bastante específicos sobre o procedimento do ato expropriatório.

Notadamente, em seu artigo 20, a referida lei, deixa claro que ao expropriado é cabível discutir a ocorrência de algum vício do processo jurídico ou impugnar o preço oferecido pelo expropriante, sendo expressamente proibido discutir os critérios de conveniência e oportunidade que permeiem o ato expropriatório, visto que são preceitos impassíveis de modificação pelo Poder judiciário, uma vez que fazem parte do poder discricionário que caracterizam os atos administrativos.

Da análise dos autos tenho que é indubitável que a tese defendida pela parte apelante não merece prosperar tendo em vista que ela não trouxe nenhuma prova cabal de que o imóvel desapropriado não atendeu a legitimidade de declaração de utilidade pública (art. 6º, do Decreto-lei nº 3.365/41), devidamente veiculada no Decreto nº 1733/69, publicado em 17/07/1969, tendo a lide sido proposta em 20/08/1969, sendo ofertado à época NCr\$ 4.802,00 (quatro mil oitocentos e dois cruzeiros novos), a como compensação pela perda da propriedade do imóvel, o que se conclui esta ausente qualquer comprovação de vício deste processo.

Fazendo uma análise da prejudicial de ilegitimidade passiva suscitada, alinho-me ao entendimento esposado pelo Juízo *a quo*, o qual assim se expressou: *"evidencia-se a ilegitimidade dos impugnantes e contestadores, que apenas comprovam a condição de descendentes de alguns dos réus, nada havendo nos autos que indique a abertura de inventários nem de situação legitimadora para se contrapor ao pedido ou mesmo para o levantamento do valor depositado"*.

Evidencia-se pois, que os apelantes em nenhum momento comprovaram a titularidade do bem expropriado, até para saber a proporção do seu quinhão condominial. De fato, atendendo o edital de citação de fls. 100, comprova-se o comparecimento de Jorge Adolpho Dias Drechsler, Christiana Francisca Dias Drechsler, juntando cópia de simples documentos civis tais como, CIC e carteira de identidade (fls. 103) e cópia de certidão de nascimento da requerente Christiana Francisca Dias Drechsler (fls. 104) e de Jorge Adolpho Dias Drechsler (fls. 110) e cópia da certidão de óbito de Maria José Dias da Silva (fls. 109); e Iris Cox Marques dos Santos (fls. 105) esta também juntando cópia de certidão de nascimento (fls. 107).



263
6

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Antevejo pois, prosperar tal argumentação, até porque a parte prejudicada pela decisão, no caso dos autos, os apelantes, tem potencial proveito que o provimento do recurso venha a ensejar para cada um deles, mas, ao comparecerem aos autos, atendendo ao chamado do edital de citação, apenas lograram em comprovar a condição de netos de Manoel Dias da Silva e Florinda Carolina da Costa, falecidos proprietários do imóvel expropriado, sem qualquer prova de propriedade (ou de titularidade de direitos hereditários) a legitimar a discordância dos recorrentes, o que se conclui pela assertiva de ilegitimidade passiva dos mesmos.

Assim, é aplicável ao caso, o que prescreve o art. 34, do Decreto Lei nº 3.365/41, que estabelece que, *"se o juiz verificar que há dúvida fundada sobre o domínio, o preço ficará em depósito, ressalvada aos interessados a ação própria para disputá-lo"*, incidindo ainda o art. 3º do CPC, o qual prescreve que: **"para propor ou contestar ação é necessário ter interesse e legitimidade"**.

Visto posto, de acordo com o acima explanado, considerando a orientação da jurisprudência dominante do STJ e do TJPE, nego provimento ao presente apelo com amparo no *caput* do art. 557, do Estatuto dos Ritos c/c o art. 74, inciso VIII, do RITJ-PE, devendo ser mantida em sua totalidade a sentença apelada.

É como voto.

Recife, 22/05 /2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Revisor